



**PROTOCOLO
DE
DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO
Nº 09/2014**

Objeto:

APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE PROVAS

Outorgantes:

- 1. Federação Portuguesa de Vela**
- 2. Associação Portuguesa de Modelos à Vela**

**CONTRATO – PROGRAMA PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO TÉCNICA DE
PROVAS
Nº09/2014**

Considerando que:

- a) Por delegação da Federação Portuguesa de Vela (FPV), as Associações Nacionais de Classes estão incumbidas de promover, calendarizar e organizar as provas das suas respectivas classes, nomeadamente os Campeonatos Nacionais, Ibéricos, Circuitos Nacionais e outras provas de selecção;
- b) É dever das Associações Nacionais de Classes reconhecer a FPV como entidade dirigente do Desporto da Vela em todo o país, respeitando e fazendo cumprir o preceituado nos estatutos e demais regulamentos, assim como em decisões dos seus órgãos, facilitando e auxiliando estes no desempenho das suas funções;
- c) A concessão de uma comparticipação financeira à execução do presente protocolo depende, em cada ano civil, dos apoios concedidos pelo estado em contrato-programa com a FPV.

É celebrado entre:

- 1. **Federação Portuguesa de Vela**, adiante designada por **F.P.V.** ou primeira outorgante, representada por **José Manuel Leandro**, na qualidade de Presidente;
- 2. **Associação Portuguesa de Modelos à Vela**, adiante designado por **A.P.M.V.** ou segundo outorgante, representado por **José Cardoso**, Presidente da Direcção;

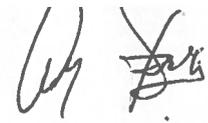
O presente protocolo para apoio à Organização Técnica de Provas, rege-se pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

Objecto

Constitui objecto do presente protocolo a concessão de uma comparticipação financeira, a qual se destina à organização, por parte do segundo outorgante, no decurso do corrente ano, da seguinte prova:

- 1- 2ª PAN – 22 e 23 de Fevereiro – 300€

- 
- 2- Campeonato Nacional – 12 e 13 de Abril – 300€
3- Open Nacional de RG65 – 26 e 27 de Julho – 300€

CLÁUSULA 2ª

Período de vigência

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente protocolo, termina em 31 de Dezembro de 2014.

CLÁUSULA 3ª

Comparticipação Financeira

A comparticipação financeira a prestar pela F.P.V. ao segundo outorgante é de 900,00€, e destina-se exclusivamente a subsidiar a organização das provas definidas na cláusula 1ª.

CLÁUSULA 4ª

Disponibilização de comparticipação financeira

A comparticipação prevista na cláusula 3ª será disponibilizada depois de cada prova, definida na cláusula 1ª, estar corretamente homologada pela FPV, ao abrigo do definido nos seus regulamentos. Para tal, o segundo outorgante, na qualidade de co-organizador das provas, deverá garantir o cumprimento das obrigações definidas na cláusula 5ª.

CLÁUSULA 5ª

Obrigações do segundo outorgante

São obrigações do segundo outorgante:

- A) Executar o protocolo de apoio à organização técnica de provas, que constitui o objeto do presente protocolo;
- B) Prestar todas as informações, bem como apresentar cópias dos comprovativos da efectiva realização da despesa acerca da execução deste protocolo, quando solicitado;

- 
- C) Garantir que será prestado todo o apoio técnico e administrativo à Comissão de Regata, de Protestos e de Medições, no desenvolvimento dos seus trabalhos;
 - D) Garantir que as provas se realizaram cumprindo as Regras de Regata à Vela, os Regulamentos da ISAF e os Regulamentos da F.P.V;
 - E) Garantir a entrega, no prazo máximo de 8 dias após o término da prova, do relatório de prova, preenchido no modelo publicado pela F.P.V, com os respetivos anexos obrigatórios, nos quais se inclui o mapa de classificações;
 - F) Nomear, em concertação com o clube organizador, pelo menos um Oficial de Regatas credenciado pela FPV e, quando apropriado, um Juiz ou um Umpire;
 - G) Entregar, até 15 de Fevereiro de 2015, o relatório de actividades e contas de 2014.

CLÁUSULA 6ª

Incumprimento das obrigações do segundo outorgante

O incumprimento, por parte do segundo outorgante, das obrigações referidas na cláusula 5ª do presente protocolo, pode implicar a suspensão das participações financeiras da F.P.V.

CLÁUSULA 7ª

Entrada em vigor

O presente protocolo produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2014.

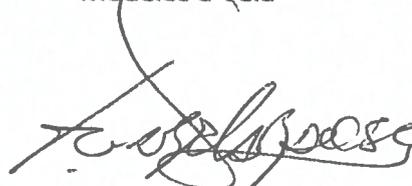
Lisboa, 25 de Março de 2014,

O Presidente da Federação
Portuguesa de Vela



José Manuel Leandro

P'la Associação Portuguesa de
Modelos à Vela



José Cardoso